

Na vanguarda do marxismo militante

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

Coincidência não fortuita, no mesmo momento em que se reunia em São Paulo o grupo que fundou *Crítica Marxista*, Domenico Losurdo publicou *Da Revolução de Outubro à nova ordem internacional* (novembro de 1993). Estávamos naqueles anos infelizes da história contemporânea, em que o desmantelamento do bloco soviético rompera, a favor do bloco capitalista agrupado na aliança bélica da Otan, quatro décadas do equilíbrio estratégico EUA/URSS. Longas colunas de renegados e desertores aderiam à *democracy* e à *globalization made in USA*, sob o pretexto de que o fiasco de Gorbachev e o golpe capitalista de Ieltsin teriam comprovado o “fracasso” do marxismo. Tristes papagaios do “pensamento único” neoliberal, eles sustentavam que, suprimida a URSS, entraríamos numa era de paz, sem muros nem fronteiras.

Não faltaram, porém, os que se mantiveram firmes perante a avalanche reacionária que desabou sobre o bloco soviético, enterrando também o eurocomunismo sob seus escombros. Entre eles, Domenico Losurdo: em janeiro de 1991, no auge da derrocada, ele publicou o primeiro de muitos artigos em que defendeu o legado da Revolução de Outubro de 1917. Ele já obtivera reconhecimento acadêmico internacional por seus notáveis estudos de filosofia e de história político-cultural alemã (Kant e, principalmente, Hegel), veiculados entre 1983 e 1989. Publicou em seguida *La comunità, la morte, l'Occidente: Heidegger e l'“ideologia della guerra”* (Turim, 1991) e *Hegel e la libertà dei moderni* (Roma, 1992). Mas foi

* Professor aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. E-mail: jqmoraes@gmail.com

Democracia ou bonapartismo, lançado em 1993 (há tradução brasileira publicada pela Editora Unesp em 2004), que o consagrou como um dos grandes historiadores e teóricos marxistas de nosso tempo.

Merecidamente: como anunciado no subtítulo (“Triunfo e decadência do sufrágio universal”), o livro desvela a complexidade e a reversibilidade dos efeitos da luta de classes sobre as instituições políticas. O grande exemplo histórico é a vitoriosa insurreição popular parisiense de fevereiro de 1848, que viabilizou a extensão do direito de voto à massa da população (masculina). Mas os operários franceses lutavam também pelo “direito ao trabalho”, numa situação de muito desemprego e penúria. Insurgiram-se novamente, mas dessa vez eles foram massacrados em 23-26 de junho de 1848 pelos soldados e milicianos a serviço da grande e da pequena burguesias, comandados pelo general Cavaignac. Conquista dos setores mais avançados das massas populares, o sufrágio universal masculino foi mantido na eleição presidencial de 10 de dezembro de 1848, mas com o movimento operário francês derrotado e dizimado, a massa camponesa, grande maioria da população, votou maciçamente no candidato que prometia garantir a pequena propriedade rural: o aventureiro Luís Bonaparte recebeu 5,5 milhões de votos, contra menos de 2 milhões de votos para os outros candidatos, 1,5 milhão dos quais para seu principal oponente, o carnicheiro Cavaignac.

Losurdo discerniu nas instituições liberal-democráticas dos países capitalistas dominantes uma tendência a esvaziar o sufrágio universal. Ele a considera uma versão *soft* do bonapartismo, já que, diferentemente da França do pequeno Bonaparte, que em 1851 se proclamou imperador por meio de um golpe de Estado, ela não conduziu a um regime de poder pessoal discricionário, mas à concentração do poder na máquina do Executivo. Trata-se, pois de uma tendência antidemocrática persistente, que reduz as disputas políticas à escolha de alternâncias sem alternativa social.

A pertinência de um conceito político é posta à prova numa situação histórica distinta. Os regimes presidenciais comportam todos um elemento de bonapartismo: investido na chefia do Executivo pelo voto majoritário da cidadania, o(a) presidente representa a nação, tanto ou mais do que as câmaras, assembleias etc. de deputados e congêneres. Mas exatamente por juntar a legitimidade conferida pelo sufrágio universal e o controle centralizado da máquina estatal, o poder presidencial pode ser portador de mudanças de conteúdo social progressista, como ocorreu muitas vezes na América dita Latina. Lula é o exemplo histórico mais notório da atualidade, mas basta lembrar, entre muitos outros tão ou mais importantes, o mexicano Lázaro Cárdenas e o chileno Salvador Allende. Especialmente nestes dois exemplos, embora também em outros, a alternância eleitoral implicou uma alternativa social, exitosa no México dos anos 1930-1940, tragicamente anulada no Chile de 1973.

É inegável que o bonapartismo, tal como Marx o caracterizou em sua insuperável análise do regime de Napoleão, o pequeno, bem como sua modalidade *soft* descrita por Losurdo, constituem fenômenos regressivos. Mas também parece

indiscutível que o componente bonapartista do presidencialismo latino-americano pode abrir caminho para governos progressistas. As conexões entre esse componente e a luta pelo sufrágio universal mostraram sua intrincada complexidade nos últimos trinta anos da história política do Brasil. O motivo evidente de que a mais duradoura limitação imposta ao voto popular pela ditadura militar tenha incidido sobre a eleição do presidente é a permeabilidade do presidencialismo ao bonapartismo progressista. Por esse mesmo motivo, a luta popular para reconquistar o direito de escolher o presidente da República pelo sufrágio universal, confiscado pela ditadura militar, conduziu às grandes manifestações de 1984 pelas “diretas já”.

Quando, enfim, os cidadãos brasileiros voltaram a exercer, em 1989, pela primeira vez desde 1960, o direito de eleger o presidente, ocorreu ironia semelhante à do protótipo histórico do bonapartismo: como na França de 1848, a vitória nas urnas coube a um pífilo espertalhão, cujo “programa” consistia em saquear os cofres públicos e empreender a destruição neoliberal dos direitos sociais consignados na então recém-promulgada Constituição de 1988. Ele, Fernando Collor, venceu no segundo turno, amparado pelo efeito de intoxicação exercido sobre a parte menos esclarecida da opinião popular pela campanha de perfídias e calúnias da Rede Globo e consortes contra Lula.

Comprovando seu grande interesse pelo Brasil nas muitas viagens que fez para cá a partir de meados dos anos 1990 até sua morte em junho passado, Losurdo lançou aqui e comentou alguns de seus livros mais importantes traduzidos para nossa língua. Nos muitos colóquios, debates, congressos e seminários de que participou, do norte ao sul de nosso país, ele pôs em evidência, com insuperável lucidez, o conúbio da ideologia liberal com a dominação imperialista e a opressão dos povos colonizados. Ele sempre observou e acompanhou com muito interesse a situação brasileira, mas encarando sua militância marxista com a responsabilidade de grande intelectual, abstendo-se de emitir teses sobre questões que considerava não conhecer o suficiente. Não sabemos, com efeito, o que pensava da conexão entre bonapartismo, presidencialismo e sufrágio universal em nosso país. Mas sabemos que não se furtou a tomar posição em momentos decisivos. Um exemplo: em 2006, declarou ao portal *Vermelho*: “Creio que a vitória de Lula reforçará o movimento anti-imperialista que está se desenvolvendo na América Latina e no mundo. [...] Desejo de todo o coração a vitória de Lula [...]”.

Os escritos de Losurdo que mais forte impacto intelectual exerceram sobre os contemporâneos (e seguramente sobre os que virão depois) foram os que retomaram a teoria revolucionária de Marx, Engels e Lênin na luta pela superação revolucionária da dominação do capital sobre a sociedade, bem como das diferentes modalidades de opressão social, nacional, étnica, racial, sexual. Ele põe em evidência a colossal estatura teórica e política dos três grandes fundadores do materialismo histórico e do movimento comunista internacional, enfatizando a perspectiva da construção histórica da ideia de uma humanidade efetivamente universal sem, contudo, tratá-los reverencialmente como profetas infalíveis. A tese

da extinção do Estado, a ênfase, às vezes unilateral, nos efeitos transformadores do desenvolvimento em escala planetária do modo capitalista de produção exigiam e mereciam uma discussão renovada e aprofundada à luz da experiência histórica do século XX. Nós a encontramos em vários textos de Losurdo, nomeadamente a propósito do Estado, no artigo que ele consagrou a Sebastiano Timpanaro.

Mas foi sobretudo ao ressaltar que conceitos fundamentais do materialismo histórico são muitas vezes utilizados em sentido indevidamente restrito que ele contribuiu para lhes conferir seu pleno alcance. Um só exemplo. O conceito de luta de classes é quase sempre referido ao confronto entre operários e capitalistas, o que leva a considerar a opressão da mulher um fato da superestrutura cultural condicionado pela diferença biológica. Losurdo, entretanto, retomando o estudo pioneiro em que Engels evidenciou a origem social dessa opressão, vinculando-a ao surgimento da propriedade privada e do patriarcado, teve o grande mérito de reiterar de maneira convincente que a resistência das mulheres à opressão masculina é a mais antiga modalidade da luta de classes.

Sempre na linha de frente da luta ideológica, ele denunciou com rigorosa objetividade, citando muitas vezes as próprias fontes imperialistas para desvelar suas falácias e hipocrisias, os crimes da máquina de guerra da Otan. Reconstituindo, com muitos fatos e poucos adjetivos, as três agressões bélicas com que o governo estadunidense e seus satélites comemoraram o desmonte da URSS, ele publicou, no final do século passado, o artigo “Panamá, Iraque, Iugoslávia: os Estados Unidos e as guerras coloniais do século XXI” (tradução brasileira em *Crítica Marxista* n.9, 1999), que anunciava na segunda parte do título o que ocorreria nos anos seguintes. Ante a sequência de invasões que inaugurou o novo milênio (Afeganistão em 2001, uma vez mais Iraque em 2003, Líbia em 2011) e a implacável desestabilização da Síria a partir de 2011, ele consagrou sua prodigiosa energia intelectual à denúncia dos pretextos cínicos a que recorria o cartel da Otan para eliminar, uns depois dos outros, os governos que se recusavam, na zona do Mediterrâneo e na Ásia ocidental, a aceitar o estatuto colonial. Boa parte dos textos então elaborados recebeu traduções brasileiras; alguns dos mais importantes estão reunidos em *Liberalismo: entre civilização e barbárie* (2006) e *O pecado original do século XX* (2013), ambos pela Editora Anita Garibaldi.

Juntando a imersão na análise concreta com a perspectiva universalista de sua cultura filosófica, Losurdo discerniu com rara acuidade o enraizamento da luta ideológica no vocabulário político. Exatamente porque as ideias dominantes são as ideias do Império dominante, as palavras-chave que veiculam essas ideias não são semanticamente neutras, mas objeto cultural em constante disputa. Foi o que ele mostrou, em artigo de 2002 (traduzido em *Crítica Marxista* n.17, 2003) a propósito da distorção que a ensaísta liberal Hannah Arendt imprimiu à noção de totalitarismo. Em artigos publicados no imediato pós-guerra, ainda fortemente impregnada da exaltante vitória sobre o nazifascismo, da qual a União Soviética fora a grande protagonista, Arendt aplicava aquela noção para criticar os hitle-

rianos, bem como “os métodos totalitários” do Estado de Israel, que vinha de ser fundado na base do terrorismo contra a população palestina. Entrementes, os Estados Unidos, onde ela se fixara em 1941, haviam desencadeado a Guerra Fria. Em 1951, mesmo ano em que obteve a nacionalidade estadunidense, ela publicou *Origens do totalitarismo*, obra de grande impacto, mas na qual, como mostrou Losurdo com aguda precisão analítica, encontramos dois tratamentos distintos da noção que dá o título ao livro. Nas duas primeiras partes, redigidas antes de se cristalizar o confronto estratégico EUA/URSS, a autora confere a essa noção-chave o mesmo conteúdo dos escritos em que se identificava com a cultura da esquerda mundial. Mas, na terceira parte, a significação do termo vem adaptada, num ambiente de cruzada anticomunista, ao arsenal ideológico da Guerra Fria. Essa operação ideológica de identificação do comunismo ao nazifascismo, tratados como espécies do mesmo gênero totalitário, foi eficaz, arraigando-se no senso comum liberal e oferecendo aos “cientistas políticos” do dólar, do Pentágono e da CIA um argumento recorrente na propaganda da Guerra Fria.

Em 2007, Losurdo publicou um estudo em que examina sistematicamente a manipulação semântica sobre a qual repousa essa propaganda: *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*, traduzido em 2010 pela Editora Boitempo. Foi também essa editora que lançou, em junho de 2018, *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. Afirmar-se como “ocidental” é negar o “oriental”. O conteúdo concreto dessa negação é a recusa em admitir que as lutas de libertação nacional impunham aos comunistas “orientais” métodos, alianças e programas muito diferentes daqueles próprios ao combate socialista dos movimentos operários e dos intelectuais europeus. Dando as costas ao Oriente, os marxistas “ocidentais” deixaram na penumbra, quando não as desqualificaram, as mais grandiosas revoluções do século XX, notadamente a chinesa, a cubana e a vietnamita. Losurdo não se contentou em caracterizar essa rejeição eurocêntrica. Empenhou-se em determinar as condições da reativação do marxismo nos países ocidentais, preconizando uma nova síntese programática que ultrapassaria a separação entre as lutas diretamente anticapitalistas e as lutas anti-imperialistas e incorporaria, em escala internacional, todas as grandes lutas de nosso tempo contra as diferentes modalidades de opressão étnica, racial, sexual.

A morte, que o golpeou na manhã de 28 de junho de 2018, abriu um vasto claro na inteligência comunista de nosso tempo. Não basta dizer, como cumpre em elogios fúnebres, que seu legado permanecerá. É preciso acrescentar que muito esforço será necessário para manter em nível comparável, e na mesma intensidade, a crítica aprofundada do pensamento liberal-imperialista e a análise concreta das guerras coloniais empreendidas pela Otan, bem como a defesa dos povos agredidos pelo neoliberalismo e a perspectiva de uma efetiva universalização da condição humana. Em seus escritos, em suas intervenções, em suas tomadas de posição, ele deixou um grande exemplo, ainda mais meritório pelas sombrias circunstâncias em que teve de travar seus combates, de como deve atuar um marxista militante.